

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ: 140 ANOS DE LUTA PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Larissa Januário de Castro¹

RESUMO

O desejo de pesquisar sobre a história do Instituto de Educação do Ceará (IEC) surge a partir da minha vivência como aluna do Instituto e convivência com colegas mais experientes, também alunas do instituto. Ao comemorar 140 anos de existência, o IEC propõe às alunas de Formação Continuada em Educação Especial na perspectiva da Inclusão, que elaboram uma esquete teatral explicando sobre o impacto da educação do IEC na vida das mulheres cearenses. Baseado, principalmente, na perspectiva teórico-metodológica de Paulo Freire, de uma educação crítico transformadora e de autoras que discutem o materialismo histórico-dialético sob a tentativa de compreender o espaço socialmente ocupado (destinado) as mulheres na sociedade capitalista. A partir disso realizam-se as primeiras entrevistas com as alunas antigas e chegamos a discussão principal: como a educação proporcionada pelo Instituto promoveu mudanças radicais nos espaços ocupados por essas mulheres e como se percebem antes e depois da emancipação social e financeira, adquiridas através do trabalho como professoras, numa época em que o acesso a educação era ainda mais dificultado, analisando essa movimentação a partir da perspectiva da divisão sexual do trabalho e expectativa feminina de busca pela emancipação social e financeira, alcançada com a profissionalização ofertada por instituições como o Instituto de Educação do Ceará.

Palavras-chave: Educação, Emancipação, Mulheres Cearenses.

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará e aluna do curso de mestrado Interdisciplinar em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, lari98castro@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Instituto de Educação do Ceará nasce como o nome de Escola Normal Pedro II, no ano de 1884, sendo a primeira Escola Normal² voltada à formação de professores no Ceará e por muitos anos representou o sonho de muitas adolescentes no que se refere à educação. Ligada a discursos ideológicos e políticas “sobre a importância da educação na modernização do país” (Louro, 2020, p.443), as Escolas Normais nascem sob a luz de um cenário nacional que demandava a “melhoria e oferta do Ensino Normal, através do aperfeiçoamento dos profissionais da educação, focando a superação das ideias de atraso e de alto índice de analfabetismo” (Almeida, 2009, p.2). Porém, é interessante destacar que essa ideia de atraso, ligada ao analfabetismo, nada tinha a ver como uma intenção de promoção da emancipação das mulheres, especificamente, apesar disso as mulheres se tornariam agentes dessa transformação social a partir de suas trajetórias desafiadoras nas Escolas Normais.

O IEC, como é mais conhecido, fica localizado no Bairro de Fátima, em Fortaleza/Ceará, e apesar de ser um bairro da área nobre da cidade, o alunado do IEC é diverso, proveniente de bairros periféricos, do Centro da cidade e da própria circunvizinhança, como o bairro Aldeota, região nobre da cidade. O Instituto disponibiliza ao seu alunado o curso de Ensino Médio Pedagógico, que oferece quatro anos de curso numa perspectiva técnico-profissional e é única escola no Ceará a oferecer o Ensino Médio nessa modalidade. Conta ainda com dois cursos de Formação Continuada de Professores, sendo eles o de Educação Especial na perspectiva da Inclusão e o de Educação Infantil, oportunidades que atraem professoras já formadas e que já atuam e muitas outras que buscam ainda essa primeira preparação para a entrada no mercado de trabalho de forma mais qualificada. Essa movimentação provê ao equipamento perspectivas muito diversas sobre o Ensino e sobre como os agentes escolares devem se comportar no sentido de adequar as expectativas do Instituto a realidade cotidiana de seus alunos, tarefa esta que os responsáveis têm exercido com destacada destreza social, no sentido de serem capazes de conduzir os estudantes aos seus objetivos, que é a aprendizagem de qualidade, respeitando as suas possibilidades.

2 Instituições de ensino que formavam professores para o ensino primário. O termo “normal” surgiu na França, no final do século XVII, para designar os primeiros estabelecimentos de formação de professores para crianças pobres.

Tendo um alunado formado em sua maior parte por mulheres, o Instituto vive um grande desafio em seu cotidiano escolar, o da permanência ou continuidade. Conhecendo a realidade dessas mulheres, que são mães, filhas e esposas e pensando esses papéis na sociedade a partir de uma perspectiva sociológica, podemos problematizar esses papéis sociais no que diz respeito às suas “obrigações familiares”, que em muitos momentos podem ser apresentar como dificuldades. Dito isso, pretendo nesse momento explicar uma discussão sobre os motivos que levam as estudantes do Instituto de Educação a desistirem da conclusão de seus cursos, a partir de dados recolhidos do programa Busca Ativa, presente na escola.

O Programa Busca Ativa, lançado em agosto de 2020 no Ceará, tem a premissa de resgatar estudantes distantes do cotidiano escolar há determinado período de tempo.

A expectativa do programa é fazer perceber que o equipamento escolar, seu corpo de professores, gestão e alunos sentem falta de estudantes evadidos. Essa falta é demonstrada com a procura do jovem pela escola, com a expectativa de que este aluno retorne ao convívio escolar, fortalecendo a permanência estudantil dos cearenses.

Sendo, também, aluna do IEC no curso de Formação Continuada de professores em Educação Especial na perspectiva da Inclusão, nesse último ano, tive acesso a várias situações de colegas que por questões das mais variadas têm os seus sonhos de conclusão interrompidos. A partir disso, surgiu a oportunidade de realizar um breve apanhado sobre essas motivações de desistência, promovendo a interpretação dos dados no sentido de dar voz à essas mulheres e perceber as diversas fragilidades sociais que atingem-nas e ao Instituto de Educação do Ceará.

É grato poder me debruçar sobre a experiência de um equipamento escolar tão antigo, com tanta história, mas que ao mesmo tempo se moderniza quando coloca em prática uma pedagogia crítica e transformadora, no sentido que contextualiza o cotidiano extra escolar de seus discentes e favorece uma permanência plena quando exercita uma aproximação, colaborando para a formação de um sentimento de pertencimento que permanece e faz ex-alunas recordarem do IEC sempre com grande carinho.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir de um levantamento bibliográfico, com a leitura de autores e autoras que discutiram e discutem a temática, com a expectativa de produzir uma reflexão robusta com dados do ano de 2024 e que possa servir de ferramenta para futuros pesquisadores interessados nessa discussão.

Os dados utilizados foram disponibilizados pelo núcleo gestor, retirados da pesquisa realizada pelos monitores do projeto de Busca Ativa, que no Ceará, ação desenvolvida pela sua Secretaria de Educação, têm a expectativa de acolher e monitorar os estudantes que apresentam um afastamento do seu equipamento escolar. É um empreendimento escolar e de toda a comunidade para fortalecer o acesso e a permanência plena de estudantes daquela região, e que também é realizado no Instituto de Educação do Ceará.

Porém, como sabemos que “sem o uso das palavras como instrumentos de pesquisa, os números ficam mudos.” (Elias e Scotson, 2000, p.59), procuramos alinhar os dados obtidos com a perspectiva de História Oral (Portelli, 2012) que valoriza o uso de narrativas e trajetórias como ferramenta essencial na construção de pesquisas, quando o pesquisador “reivindica o vivido como processo de legitimação do pensado.” (Macedo, Galeffi e Pimentel, 2009, p.13).

A importância de reconhecer narrativas e trajetórias como uma abordagem metodológica forte e que dê valor a “importância do cotidiano como base de trabalho e reflexão epistemológica” (Benevides e Pinheiro, 2018, p.169), urge nas construções acadêmicas devido a necessidade de reconhecer a importância de vozes que por muito tempo foram silenciadas. Fazendo parte da juventude cearense, penso essas mulheres como personalidades importantes na construção do meu próprio sentimento de liberdade, se posso estar nesse momento escrevendo sobre elas, com a expectativa de homenageá-las, é porque muitas delas exerceram papel essencial nas mudanças sociais das quais usufruí e “As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinada a obscuridade de uma inalterável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos fora do conhecimento.” (Perrot, 2015, p.16), então ter a oportunidade, e sobretudo, a liberdade de poder discorrer sobre o assunto é assumir o compromisso com um movimento essencial para a reconstrução de uma sociedade mais livre.

Além de números e ferramentas para instrumentalização dessa construção metodológica e da pesquisa, como um todo, temos as vozes das mulheres que

vivem cotidianos diversos e que dividiram suas trajetórias para a realização dessa pesquisa. Trajetórias que têm momentos felizes, tristes e que foram compartilhados com muita confiança e com a esperança de que mulheres jovens e jovens estudantes do IEC não enfrentem mais situações de violência, com o sentimento de terem enfrentado um mar de dificuldades e terem passado sem se afogar.

Seguindo essa perspectiva, o núcleo gestor do Instituto elaborou uma tarefa para a turma de Formação de Professores para homenagear o IEC e as mulheres que fizeram, fazem e farão parte dele pelos 140 anos de existência do equipamento. A tarefa se constituía em criar uma esquete que tivesse como tema o papel social do Instituto de Educação do Ceará na promoção de emancipação feminina no Ceará. Então, com essa demanda fizemos a esquete que contava a história de duas colegas, que estudaram no IEC nos anos 80, mas que precisaram interromper os estudos por questões sócio emocionais, envolvendo maridos e filhos, mas que voltaram no ano de 2024 em busca de concluir essa etapa do ensino.

Então, a partir disso, escolho para este trabalho fazer uma conexão entre as ferramentas metodológicas aqui apresentadas, em busca de melhor explicar as vivências dessas colegas baseadas, ao passo que pincelo sobre a atividade proposta no aniversário do IEC, em referências teóricas robustas da área da metodologia interdisciplinar. Assim, os resultados apresentados são baseados nas trajetórias das colegas que representam tantas outras mulheres cearenses, para isso dividiremos em três blocos temáticos que representam a discussão da movimentação histórico-social do acesso à educação feminina e as duas maiores porcentagens de desistências dos cursos do Instituto, questões sócio emocionais e a dificuldade da manutenção da renda, visto que o curso não é garantia de emprego de imediato.

A QUESTÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA EDUCAÇÃO DE MULHERES NO CEARÁ

É entendido que a educação oferecida as mulheres e o contexto no qual ela foi possibilitada em seu princípio, não estavam desconectados das ambições dos grupos no poder. Logo, apesar de toda a luta feminina para o acesso a educação e profissionalização, existiu um embasamento que interessava a sociedade patriarcal na educação de meninas e moças.

A elas, então, foram destinadas as salas de aula da educação de crianças. Existia uma expectativa de continuidade do lar, nesse formato de educação previsto. As moças e mulheres, não eram vistas como professoras, dotadas de capacidades intelectuais para a formação de sujeitos críticos, mas sim com um meio de transmitir um tipo de educação para outras meninas.

Porém,

As mulheres, nas salas de aula brasileiras e nos outros espaços sociais, viveram, com homens, crianças e outras mulheres, diferentes e intrincadas relações, nas quais sofreram e exerceram poder. Pensá-las apenas como subjugadas talvez empobreça demasiadamente sua história, uma vez que mesmo que nos momentos e nas situações em que mais se pretendeu silenciá-las e submetê-las, elas também foram capazes de engendrar discursos discordantes, construir resistências, subverter comportamentos. Construir uma história às avessas[...] (Louro, 2018, p.478-479)

A perspectiva de Louro(2018) nos faz repensar sobre essa questão sócio-cultural que apresenta um discurso de que mulheres foram “agraciadas” com direitos, seja da educação ou do voto. As mulheres têm sido subversivas diante de situações de opressão social e mesmo quando pensamos o discurso da Educação Normal, de que mulheres deveriam exercer um trabalho de continuidade dos lares da época, é preciso entender que existiam mulheres com discursos diferentes e essas foram responsáveis por abrir caminhos de revolução, através da educação.

Afinal,

A educação oferece um instrumento poderoso, o conhecimento, que possibilitou e possibilita que os sujeitos sejam capazes de contestarem e questionarem padrões e normas. Isso se aplica à luta feminina por igualdade, conquistada paulatinamente através da busca incessante destas pela equiparação educacional, impossível de ser abordada sem discutir as relações de gênero e de poder que emanam da estrutura social. (Coelho, 2020, p.3)

Temos a partir dessa discussão a perspectiva insurgente do movimento feminino pelo direito a educação igualitária. O movimento se aproveita do contexto de transformação social vivido pelo Brasil no século XX para demandar novas formas de organização social. “Enquanto o país passava por modificações no âmbito econômico, social, cultural e filosófico, a população além de absorver tais mudanças contribuía ativamente para as transformações que se operavam.”

(Lima, Jucá, Reges, 2019, p. 33183), ou seja, as mulheres que tinham o desejo por uma educação igualitária, fazendo parte da população exerciam suas trajetórias, no sentido de subverter os discursos patriarcais.

Claro que a classe social a qual essas mulheres pertenciam, dizia muito sobre o “poder” que era exercido por elas. Mulheres que já tinham acesso a educação, as abastadas, tinham oportunidade de ocupar outros espaços sociais, que não o doméstico. Mas “se essas mulheres fossem pobres aí é que a situação era pior, pois educação era destinada as mulheres de classe média e alta.”(Lima, Jucá, Reges, 2019, p.33189) E

As de maior poder aquisitivo tinham maiores oportunidades, haja vista partilharem de mais posses e apesar de serem mulheres, o que as tornava inferiores, se beneficiavam de carregar o nome da família e consequentemente poder “passear” por diversos espaços públicos proibidos as de menos poder aquisitivo.(Lima, Jucá, Reges, 2019, p.33191)

Aqui os autores discorrem sobre a importância de realizar um recorte de classe, além do de gênero, quando se discute esse espírito subversivo ao pensarmos as mulheres que podiam fazer parte do movimento pela equiparação na educação. Mas é preciso destacar que esse movimento existiu e que o que foi conquistado pelas mulheres, no quesito de educação profissional, não foi de bom grado.

Como coloca Perrot(2005)

A história das mulheres e das relações entre os seres coloca de maneira muito feliz a questão da permanência e da mudança, da modernidade e da ação, das rupturas e das continuidades, do invariante e da historicidade. Objetivo de pesquisar preciosas e necessárias ela interroga a linguagem e as estruturas do relato, as relações do sujeito e do objeto, da cultura e da natureza, do público e do privado. Ela coloca em questão as divisões disciplinares e as maneiras de pensar.(Perrot, 2005, p. 25)

Assim como todo outro movimento de insurgência, foi o das mulheres ao buscarem uma educação mais igualitária, sem disciplinas que as preparassem somente para o cuidado do lar, adicionando as discussões que as preparassem para o mundo, assim como se fazia com os meninos. Com certeza, nem sempre o movimento aconteceu com a liberdade de organização em que temos hoje, as mulheres precisaram aproveitar as rupturas no tecido social para programar

novas demandas e visto a necessidade de formação de mão de obra, vivida pelo Brasil no momento, o contexto precisou de adaptar.

Mas ao discutirmos o acesso de mulheres a educação, seja regular, normal, profissional, técnica, etc., é preciso pensar como se dá a permanência dessa mulher no equipamento escolar. As questões sócio emocionais enfrentadas pelas alunas do IEC desde seu início até o presente momento, são as discussões principais desse trabalho.

Um caso interessante a se contar, para auxiliar na compreensão da discussão sobre como a violência vivenciada pelas estudantes, vai desde a simbólica até a física, é o que nos contou a aluna Francisca. Ela nos disse que muitas colegas quando a caminho da escola, que elas com os conhecidos uniformes cor de vinho, eram achincalhadas. Os homens nas ruas jogavam grãos de milho nas jovens normalistas, a interpretação de Francisco é que esse movimento era porque milho se dava as galinhas e as mulheres que estudavam eram tidas como mulheres não dignas de respeito.

Desde esse tipo de violência moral, causada pelo achincalhamento, até a violência física com agressões são apresentadas nos relatos das colegas, tanto das mais antigas quanto das atuais. Perceber essa movimentação cultural e os aspectos sócio emocionais que interferem diretamente na permanência das mulheres no ambiente educacional são os aspectos que discutiremos nos seguintes momentos.

QUESTÕES SÓCIO EMOCIONAIS: A FALTA DE REDE DE APOIO E O PROBLEMA COM MARIDOS NÃO COMPANHEIROS

“Todas as sociedades atuais, inclusive as „socialistas“, repousam, no que diz respeito à criação dos filhos e dos serviços domésticos, no trabalho gratuito das mulheres. Esses serviços são fornecidos apenas no âmbito de uma relação particular com um indivíduo (marido), são excluídos do domínio da troca e, conseqüentemente, não têm valor. Não são remunerados. Os benefícios recebidos pelas mulheres são independentes do trabalho fornecido e não são pagos em troca deste, ou seja, como um salário ao qual o trabalho efetuado dá dinheiro, mas como uma doação. A única obrigação do marido – que evidentemente é de seu interesse – é prover as necessidades de sua mulher ou, em outras palavras, manter sua força de trabalho.” (Delphy, 2015, p. 102)

Cristine Delphy, discute sobre a abrangência do marxismo sobre as questões da emancipação feminista, segundo a autora mesmo em sociedades em que a luta de classes seja forte, essa luta está pouco, ou quase nada, interessada na emancipação feminina. A partir dessa discussão, pensaremos como as questões sócio emocionais, como a falta de rede apoio para o cuidado dos filhos e a falta de companheirismo dos maridos ou mesmo por puro patriarcalismo, podem ter afetado a permanência estudantil das estudantes do Instituto de Educação do Ceará, fazendo uma análise entre a histórias das colegas dos anos 80 e do ano de 2024.

No momento da construção da esquete teatral para o aniversário de 140 anos do Instituto, as duas colegas que tiveram suas histórias contadas, relataram que não puderam concluir seus estudos por conta das relações familiares que as obrigaram a tomar novos rumos. Vamos usar nomes fictícios. As personagens chamam-se Ana e Francisca. Ana, hoje pedagoga, atuando na sua área, compartilha que na época ainda era muito imatura para reconhecer que quando o marido a proibia de frequentar o Instituto, ela estava sofrendo uma violência. Assim como Francisca, hoje empreendedora, que mesmo afirmando que levaria o filho consigo para as aulas, foi impedida pelo marido de dar continuidade.

Na esquete, as duas histórias foram representadas, com as próprias alunas fazendo os papéis dos maridos com as falas misóginas ao serem informados sobre a vontade de estudar da sua esposa. Em dado momento da representação, um dos maridos grita:

“Estudar? Você não precisa estudar e muito menos trabalhar. Eu lhe dou tudo que você precisa. Não falta comida, não precisa mais nada. Como pode? Passo o dia trabalhando e a noite vou ter que cuidar dos meninos para você ir estudar? De jeito nenhum. Quem vai fazer o jantar? Quem vai colocar minha janta? Ou você quer que eu faça o jantar também? Não da certo.”

É interessante que um dos destaques que demos a esse momento da peça era sobre o fato de faltar comida. De fato, não faltava comida, mas as mulheres representadas na peça tinham uma fome que ia além do material, elas tinham fome de existir, de se sentirem indivíduos protagonistas de suas próprias trajetórias. A discussão é que estavam tão presas ao ambiente doméstico que todo o resto devia ser interrompido, pois, primeiro precisava dar conta das “obrigações familiares”.

Percebemos, então, que

“A própria possibilidade de trabalhar é condicionada pela realização prévia de suas „obrigações familiares”, o que resulta ou no impedimento de trabalhar fora ou na dupla jornada, com o trabalho doméstico; As obrigações familiares são consideradas como deficiência e usadas como pretexto pelo capitalismo para explorar as mulheres.” (Delphy, 2015, p. 116)

É interessante destacar que as próprias narradoras das histórias afirmaram que antes de comunicarem aos maridos sobre o desejo de voltar a estudar, ambas preparam um discurso e treinaram esse discurso, com todas as alternativas aos problemas colocados pelos maridos, mas mesmo assim, não houve eficácia.

Para todos os que assistiram à peça e para as que participaram da sua produção, esse foi um momento de bastante angústia. Porque não se imagina o quão difícil é viver uma situação como essa, ainda mais mulheres que admiramos e pensar o quanto elas tiveram que esperar antes de realizar o sonho de estudar e ocupar um espaço nessas cadeiras.

Segundo a gestão da escola, essa responsabilização da mulher por todo o trabalho doméstico, funcionamento da casa e bem-estar dos filhos e do marido estão ligadas a questões sócio emocionais e podem causar o afastamento das mesmas da escola. A equipe de Busca Ativa do Instituto faz uma breve entrevista com as alunas que estão afastadas há muitos dias das aulas, e essas muitas vezes acabam contando uma realidade assustadora. Da violência psicológica, que consiste em qualquer conduta que cause: danos emocionais e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, até os registros de violência física.

Quando digo que é uma realidade assustadora é porque não imaginamos que nossas colegas, professoras que estão ou estarão em sala de aula junto aos alunos, estão sofrendo tamanho desgaste emocional e psicológico em pleno 2024. Parece muitas vezes que a violência é algo muito distante, mas ela, infelizmente, está presente no cotidiano feminino em todas as esferas sociais, de classe, de raça etc.

A violência psicológica, ligada ao discurso machista do marido como um agente ativo do patriarcado no seu ambiente doméstico e à uma perspectiva de controle dos corpos dessas mulheres, busca também a tomada da sua força de trabalho. A natureza do trabalho doméstico gratuito realizado pelas mulheres no

ambiente doméstico é o primeiro aspecto a ser levantado quando estas apresentam o desejo de voltar a estudar. Como afirma Delphy (2015) “A gratuidade não depende da natureza dos trabalhos é o fato de que, quando as mulheres efetuam esses serviços fora de casa, eles são remunerados.” (Delphy, 2015, p. 107).

Nessa discussão trazemos, mais uma vez, a história da nossa personagem Ana. Ela exercia um trabalho fora de casa, no negócio do marido, porém esse trabalho não era remunerado, sob a velha desculpa de que o dinheiro que o casal ganhava era destinado ao ambiente doméstico, infelizmente, levou muito tempo até que ela descobrisse que não era verdade. O dinheiro ganho pelo casal era utilizado pelo marido em seu próprio lazer e como Ana, não tinha salário e nenhum poder de compra, a família acabou passando por muitas dificuldades financeiras.

Como “os serviços da mulher casada não são precisos: dependem da vontade do marido” (Delphy, 2015, p. 112) Ana, além dos cuidados, com a casa, o marido e dos filhos, tinha que trabalhar com ele fora de casa e dar todo o seu ganho, fruto da sua força de trabalho, sem poder usufruir de nada. Ela afirma que pensava ser um sacrifício justo, visto que era o bem estar da família que estava em jogo.

Porém, com o passar dos anos, e o fato da violência psicológica ter evoluído para a violência física, ela decidiu dar um ponto final na história. Os filhos estavam crescidos, o marido já não exercia a mesma força sobre ela, nem física nem emocional, ela resolveu voltar a estudar, cursou pedagogia e esse ano, retornou ao IEC para refazer o curso de Educação Especial. É uma colega muito dedicada e demonstra muito compromisso tanto com o curso, como seus alunos na escola onde trabalha.

É interessante pensar o motivo da expectativa de controle desses maridos sobre essas mulheres quando estas expressaram o desejo de estudar no Instituto. O equipamento apresenta uma educação voltada a formação de professores, logo, a profissionalização dessas mulheres seria um caminho a partir dessa formação. Assim, a educação promovida pelo Instituto pode ser libertadora em diversos sentidos, é transformadora e um aspecto essencial na emancipação das mulheres.

Porém, sabemos que “a posição da mulher na sociedade capitalista está inevitavelmente atrelada ao lugar a ela destinado pela divisão sexual do trabalho.” (Alves, Hamid, Mohamed, Osman, 2022, p. 104) e que essa “destinação”

enquadra as mulheres nos trabalhos domésticos. Quando a mulher rompe com essa perspectiva masculina, de que somos naturalmente destinadas ao trabalho doméstico gratuito, buscando a profissionalização e um trabalho remunerado, os homens, nesse caso, os maridos, podem perder esse controle físico e emocional.

Mas o capitalismo continua a exercer poder sobre ela, visto que a carga agora é maior, com a dupla jornada e a desigualdade salarial, que muitas enfrentam até a velhice. As compreensões e teorias sobre trabalho, muitas vezes deixam de lado a categoria de gênero e raça, observando a realidade de pobres e trabalhadores como sendo um problema de classe. Nesse momento buscamos contribuir para o “debate essencial para a construção de uma educação profissional verdadeiramente emancipadora” (Alves, Hamid, Mohamed, Osman, 2022, p.117)

No sentindo de, a partir das narrativas aqui apresentadas, cooperar para um processo de humanização da educação regular e profissional, com a expectativa de contextualizar os cotidianos extraescolares dos educandos e como isso deve ser observado sob um olhar da ética e da generosidade quando buscamos a maior permanência das mulheres estudantes, apresentamos no tópico seguinte a discussão sobre a conciliação entre jornadas de trabalho, regulares e sazonais, e a permanência no curso.

TRABALHO E MANUTENÇÃO DA RENDA: TRABALHOS SAZONAIS E A MUDANÇA DOS PAPÉIS SOCIAIS FEMININOS

Outra dificuldade ligada a permanência das mulheres que estudam no Instituto de Educação do Ceará, é a manutenção da renda, principalmente nesse período de fim de ano com as eleições. Ainda outras muitas desistem por conseguirem uma vaga em alguma loja nesse período de festas em que as vendas aumentam bastante³.

Muitas entram no curso, principalmente no pedagógico, pensando que vão ter um retorno de emprego na área a curto prazo e nem sempre é isso que acontece. Algumas conseguem empregos muito rapidamente, mas outras se formam sem conseguir se alocar, esse imediatismo inerente a necessidades das objetividades do dia a dia, em momento de alta de estação como é o final do

3 Segundo o Governo do Estado Ceará, mais de 3 mil vagas seriam ofertadas nos últimos meses do ano de 2024.

ano em Fortaleza, é a chave para que muitas abandonem o curso em busca dessas vagas temporárias.

Esses trabalhos sazonais, que dependem da demanda do comércio e da área de serviços, representam um desafio na permanência estudantil dessas mulheres, segundo o diretor, são uma solução rápida para um problema constante nas famílias mais pobres, a manutenção da renda. Porém, em anos de eleições esse desafio é dobrado quando se adiciona o período de eleições, muitas estudantes interrompem o curso para estarem nessas atividades de rápida duração, como as atividades custeadas pelas campanhas políticas, como as ações nas ruas e nos bairros da periferia, como bandeiradas de candidatos, panfletagem, caminhadas etc. Assim, como o período eleitoral é conectado ao período em que o comércio necessita desses trabalhadores sazonais, a defasagem no Instituto é notável, as turmas ficam bastante esvaziadas e muitas dessas alunas acabam não retornando às aulas.

É interessante fazermos a análise comparativa com o primeiro momento deste trabalho e essa segunda explanação. “Os autores (Marx e Engels, em *A ideologia Alemã*) sugerem que as relações na família não são naturais, fixas ou a-históricas, mas sim assume novas configurações sociais a partir do modo de produção vigente.” (Alves, Hamid, Mohamed, Osman, 2022, p.105) são “reflexos de relações sociais que emergem de condições concretas da vida.” (Alves, Hamid, Mohamed, Osman, 2022, p.105)

A partir disso, pensamos como mudam os “papéis” destinados às mulheres ao longo dos anos, mas que o controle sobre os corpos continua sendo, praticamente, o mesmo. As colegas que compartilharam suas histórias, foram impedidas de estudar e de trabalhar sem a supervisão do marido. Porém, para algumas dessas que abandonam o curso para exercer esses trabalhos sazonais, chegou o momento do marido sozinho não dar mais conta do sustento da casa e da família.

Outras, são mães solo e cuidam de seus filhos, por isso a necessidade do trabalho imediato, mesmo sacrificando o desejo da formação profissional. Essas transformações sociais, implicam uma mudança ao papel social da mulher, mas nunca no sentido de promover a emancipação destas. As autoras que discutem as relações de trabalho aliadas às relações de gênero, explicam que é preciso “buscar as razões estruturais que fazem com que a abolição das relações de produção capitalista em si não baste para libertá-las, constituir-se como força política autônoma.” (Delphy, 2015, p. 100)

As mulheres estudantes do Instituto de Educação do Ceará, independente do bairro em que moram, sua constituição familiar ou se são mais ou menos pobres que as outras, são mulheres e como tal enfrentam a dupla opressão causada pelo patriarcado e o capitalismo.

Muitos ainda têm a falsa perspectiva de que existe uma democracia entre os gêneros, que homens e mulheres tem as mesmas chances. Talvez nós até tenhamos as mesmas chances, mas com certeza não temos as mesmas possibilidades, haja visto o problema apresentado aqui e os diversos desafios que desenrolam dele. A exemplo da permanência estudantil, se um homem casado e com filhos resolve estudar, a questão familiar a ele não é imposta, não é uma preocupação socialmente atribuída a eles.

Muito diferente do que acontece com as mulheres, casadas e que tem filhos. A exemplo das nossas colegas, tudo precisa ser pensado, deixa tudo preparado para o marido depois do trabalho, levar as crianças para a aula ou pedir o “favor” do pai que cuide dos filhos. Recentemente, a Ministra do Supremo Tribunal Federal do Brasil, Carmem Lucia, falou sobre essa problemática de maneira muito objetiva.

Ela dá o exemplo de como se comportam juízes e juízas, casados e com filhos, ao receberem a notícia de uma promoção para outro estado, por exemplo. O juiz comemora de imediato com a família, porque ele não precisa pensar em mais nada que não seja a sua carreira, já a juíza se comporta de maneira diferente, precisa conversar com o marido. Claro, esse é um exemplo de um classe social abastada, mas que se aplica na movimentação que estamos sugerindo, a mulher casada precisa pensar nas diversas possibilidades para que o bem-estar da família seja alcançado, as vezes, antes do dela próprio.

Muita coisa mudou, mas nem tudo, entre eles os problemas ligados aos mais diversos tipos de violência enfrentados pelas mulheres, no ambiente familiar e no trabalho, ainda serem muito parecidos dos apresentados há 40 anos, então “nada disso impede que as reivindicações democráticas, igualitárias e libertárias sejam proclamadas e, o que é mais importante, que se lute por sua implantação[...]” (Nascimento, 2016, p. 22)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feita esta explanação sobre o tema, a partir dos dados e referenciais utilizados, o momento é de reflexão sobre as perspectivas supracitadas. O olhar

sobre o ser mulher se alterou ao decorrer dos anos, mas isso não quer dizer que as mulheres não sofram mais com as imposições da sociedade patriarcal.

Mesmo tendo conquistado o direito de estudar e trabalhar, mulheres de todas as idades ainda experimentam o comportamento machista da sociedade. Nas escolas e Universidades somos silenciadas por colegas do sexo masculino, o assédio moral e sexual, que apresentam dados alarmantes, nos ambientes de trabalho e desigualdade salarial, afetam mulheres de todas as raças e classes.

Mulheres mais e menos abastadas, enfrentam tipos de violência e opressão diferentes, mas sempre enfrentam no decorrer de suas vidas, pessoal e profissional. O Instituto de Educação do Ceará, obviamente, não deu conta de resolver todas as mazelas sociais enfrentadas pelas mulheres cearenses no decorrer dos seus 140 anos de existência, porém, serviu e tem servido a esse objetivo.

O IEC, como é conhecido, aliado a ferramentas diversas, como a busca ativa, e a prática educacional crítica-transformadora tem demonstrado um olhar ético e cuidado por sobre suas alunas. Aspecto este que no cotidiano estudantil, representa papel decisivo quando pensamos a permanência.

Pois apesar de todas as mais diversas situações que essas mulheres enfrentam em suas realidades pessoais, o IEC se torna um ambiente leve e de socialização com outras mulheres, no qual estas se sentem importantes e valorizadas, o que realmente são. O trabalho feminino, muitas vezes tido de forma gratuita no ambiente doméstico, recebe um novo valor a partir das perspectivas oferecidas no IEC.

É interessante destacar que as mulheres que foram e são alunas do IEC, com as quais tive a oportunidade de conversar, falam do equipamento com muito carinho e saudosismo, devido a importância que elas dão a essa vivência para suas trajetórias, pessoais e profissionais, seja no curso pedagógico ou nos de formação de professores.

O lema do Instituto de Educação do Ceará é “excelência na formação de professores”, acredito que essa excelência atravessa a formação profissional, passando pela formação do sujeito, que ao se inspirar na trajetória de luta do próprio equipamento, traz para si essa força.

O IEC atrai mulheres de todas as raças, idades e lugares da cidade de Fortaleza e do interior do estado, pois assim como as mulheres cearenses o IEC é insurgente e resiliente. E nesses 140 anos de existência, o Instituto, assim como toda mulher que passou por ele, é resistência.

Além de favorecer uma análise baseada na perspectiva metodológica interdisciplinar, sob a luz dos pensamentos de autores e autoras de áreas diversas, pretendeu-se, também, realizar uma singela homenagem as mulheres que formaram a história do Instituto, todas aquelas que tiveram a oportunidade de usufruir dessa oportunidade de forma plena. Mas, também, aquelas que tiveram seus sonhos frustrados por uma sociedade patriarcal que violenta mulheres, tirando o que temos de mais caro, os sonhos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. M. F. **O ensino normal no Ceará no Governo Justiniano de Serpa (1922-1924)**. Cadernos de Cultura e Ciência. Ano 4, vol. 1, n.1. P. 39-55, 2009
- ALVES, C. B. HAMID, S. C. MOHAMED, E. OSMAN, R. O. **Educação Profissional e Gênero**: Uma discussão necessária. IN. As Bases Conceituais na EPT, org: SILVA, C. N. N. e ROSA, D. S. Brasília – DF, Nova Paideia. 2022
- BENEVIDES, Mario H. C, PINHEIRO, Carlos H. L. **Narrativas e Trajetórias**: abordagens metodológicas a partir da UNILAB. Caderno CRH, Salvador, Vol.31, nº82, p.169-186. Jan-Abr 2018
- COELHO, K. C. A. **A educação feminina cearense pela ótica da Escola Normal (1884-1930)**. Ensino em Perspectiva. Fortaleza, v.1, n.2, p.1-12, 2020
- DELPHY, Christine. **O inimigo principal**: a economia política do patriarca do. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 17, p. 99-119, ago. 2015 [1970]
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.
- LIMA, C. R. F, JUCÁ, G. N. M, REGES, J. R. **O corpo feminino na educação cearense no século XX**: Territórios de representações , discursos e fé. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.5, n.12, p. 33182-33198, dec. 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.
- MACEDO, R. S, GALEFFI, D. e PIMENTEL, A. **Um rigor outro**: Sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa. Salvador, EDUFBA, 2009.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os Silêncios da História**. Bauru/SP: Edusc, 2005.

PORTELLI, A., Janine Ribeiro, T. M. T., & Ribeiro Fenelón, R. T. D. (2012). **Forma e significação na história oral**: A pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 14. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11231>.